

BRASIL E SUA POPULAÇÃO ENTRE 1991 E 2000

Jean Felipe de Bona Stahlhoefer¹
Julia Marcon Costa Stahlhoefer²
Eduardo Simões Florio de Oliveira³

Resumo

A análise demográfica caracteriza o Brasil conforme sua população entre os anos 1991-2000, segundo os dados dos censos demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em uma década houve mudanças nas características do povo brasileiro, como redução do número de católicos, das taxas de fecundidade, mortalidade e analfabetismo e aumento da urbanização em uma população de quase 170 milhões de pessoas.

Palavras chave: População do Brasil; censo demográfico; análise demográfica.

Primeiras Caracterizações

A República Federativa Brasileira, como é oficialmente chamada, é um país de dimensões continentais, ocupando 8 514 876,599 km² da América do Sul. É formada por 26 estados com 5.565 municípios e um distrito federal, com 190.732.694 habitantes, sendo a quinta maior área e o quinto maior contingente populacional do globo (IBGE, Censo Demográfico 2010).

Ao longo do Atlântico-sul são encontradas algumas ilhas pertencentes ao Brasil: Penedos de São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha, Trindade e Martim Vaz, e o Atol das Rocas. Na porção continental, 16.885 km de fronteiras delimitam seu território. Elas são marcadas ao norte pela Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela. Ao noroeste pela Colômbia. Ao oeste pelo Peru e Bolívia. Ao sudoeste pelo Paraguai e Argentina. Ao sul pelo Uruguai e ao leste pelo oceano Atlântico. Sua extensão territorial se estende entre as latitudes N 5° 16' 5" e S 33° 45' 2", e as longitudes W 73° 58' 58" e E 34° 47' 37". Duas linhas

¹ Jean Felipe é bolsista de Iniciação Científica da CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Universidade Estadual de Maringá. E-mail: herrstahlhoefer@gmail.com

² Universidade Estadual de Maringá. E-mail: julia.mcosta@hotmail.com

³ Universidade Estadual de Maringá. E-mail: eduflorio@gmail.com

Brasil e sua população entre 1991 e 2000

Jean Felipe de Bona Stahlhoefer; Julia Marcon Costa Stahlhoefer; Eduardo Simões Florio de Oliveira

imaginárias cortam o Brasil, o Equador, na foz do rio Amazonas, e o Trópico de Capricórnio que corta cidades como Maringá e São Paulo.

Figura 1 – Mapa político do Brasil



O ponto culminante do Brasil é o “Pico da Neblina” com 2994 metros, na fronteira com a Venezuela, mas o Brasil é visto como um país de baixas altitudes, com grande parte dos seus terrenos entre 200 e 800 metros de altitude.

Apesar de maior parte do país estar enquadrado no clima Tropical, o Brasil possui uma gama variada de ambientes. Na porção amazônica temos o clima tropical úmido e equatorial. No nordeste o tropical de savana e o semiárido predominam. Na região sudeste e sul distinguem-se o subtropical continental, subtropical oceânico e tropical de altitude. O centro-oeste caracteriza-se por ser uma região de transição entre o subtropical oceânico, tropical de savanas e o tropical úmido (Classificação climática de Köppen-Geiger).

Um breve histórico

Apesar de oficialmente descoberto no velho mundo pelo navegador português Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500, o Brasil só começou a ser explorado em 1530 quando a Coroa Portuguesa doou a nobres 16 regiões administrativas em forma de capitânicas hereditárias, localizadas no litoral leste. O donatário detinha a autoridade máxima dentro de sua área e seu compromisso era desenvolvê-la economicamente com seus próprios recursos.



Figura 2 – Desembarque de Pedro Álvares Cabral de Oscar Pereira Filho.

Vários ciclos econômicos se passaram durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal. O primeiro deles foi o do Pau-Brasil, em que boa parte da mata nativa dessa madeira foi dizimada. Em seguida iniciou-se o plantio da cana de açúcar como principal atividade econômica das capitânicas hereditárias.

No século XVII as primeiras jazidas de ouro foram encontradas em Minas Gerais e quase tudo foi levado pelo governo português até a Europa, onde era trocado com a Inglaterra por manufaturados.

Os conflitos napoleônicos fizeram com que a sede da corte portuguesa fosse transferida para o Brasil no início do século XIX, trazendo milhares de funcionários do império e a família real para a América do Sul. Se a monarquia vivia aqui, o Brasil não mais podia ser uma colônia. Foi então elevado a categoria de Reino Unido à Portugal. As principais mudanças ocorridas nesse período foram a criação do primeiro banco brasileiro, de escolas e universidades e da Biblioteca real, além da publicação dos primeiros jornais e outros feitos. Em sete de setembro de 1888 o Brasil se tornou independente de Portugal, o que não alterou o *status quo* de país agroexportador e submisso.

A população: distribuição e crescimento

Em 1850 a primeira tentativa de realização de censo no Brasil foi realizada. Porém em plena execução precisou ser interrompido devido a uma revolta popular que acreditava que o recenseamento serviria para escravizar homens negros em liberdade, adiando em mais de 20

Brasil e sua população entre 1991 e 2000

Jean Felipe de Bona Stahlhoefer; Julia Marcon Costa Stahlhoefer; Eduardo Simões Florio de Oliveira

anos a próxima tentativa. Somente em 1872, pela primeira vez foi realizado com sucesso o censo demográfico no Brasil.

No entanto, essas contagens eram realizadas somente quando surgia interesse do estado, sem periodicidade determinada para fins de estudos e comparações. Quando em 1936 foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os censos se tornaram regulares a cada 10 anos e com uma metodologia muito mais elaborada.

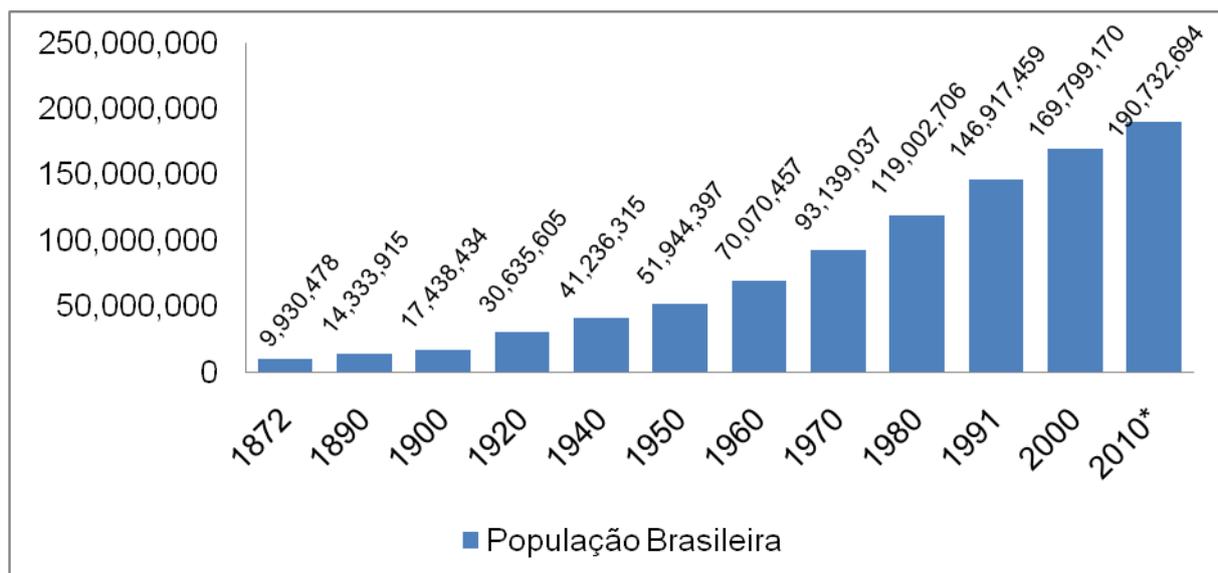


Figura 3 – Evolução da População Brasileira

*Dados preliminares do IBGE, Censo Demográfico 2010. Fonte: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 1991 e 2000.

O Brasil em sua primeira contagem registrou 9.930.478 habitantes, quase 20 vezes menos do que a população atual brasileira, que em 2010 foi novamente recenseada, resultando em 190.732.694 habitantes, segundo os dados preliminares.

Devido ao fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ainda não ter publicado os resultados completos no último censo, faremos uma análise apenas dos dois últimos censos publicados: 1991 e 2000.

Nesse período, a taxa média geométrica de crescimento anual foi de 1,63%, uma das mais baixas observadas, refletindo a diminuição das taxas de fecundidade iniciada nos anos 1980 e que segue até hoje.

Com imensas proporções territoriais, e desmedidas diferenças econômicas, culturais, climáticas e sociais, o Brasil possui uma população extremamente mal distribuída por seu território.

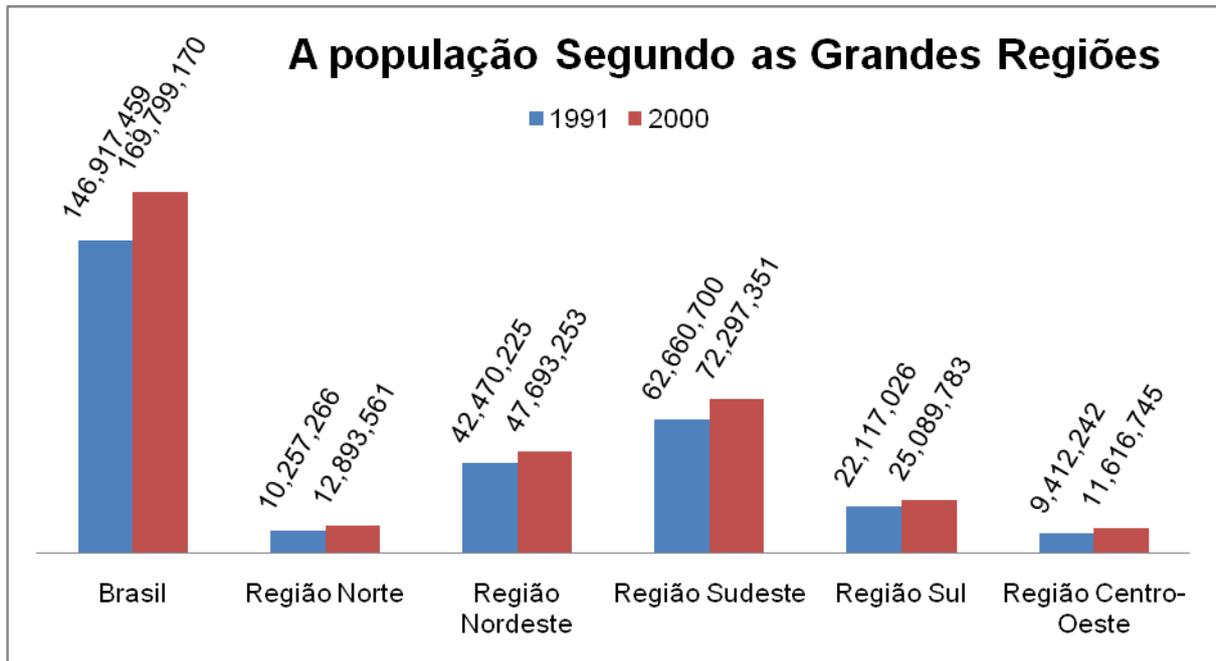


Figura 4 – A população segundo as grandes regiões do Brasil

Fonte: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1991 e 2000.

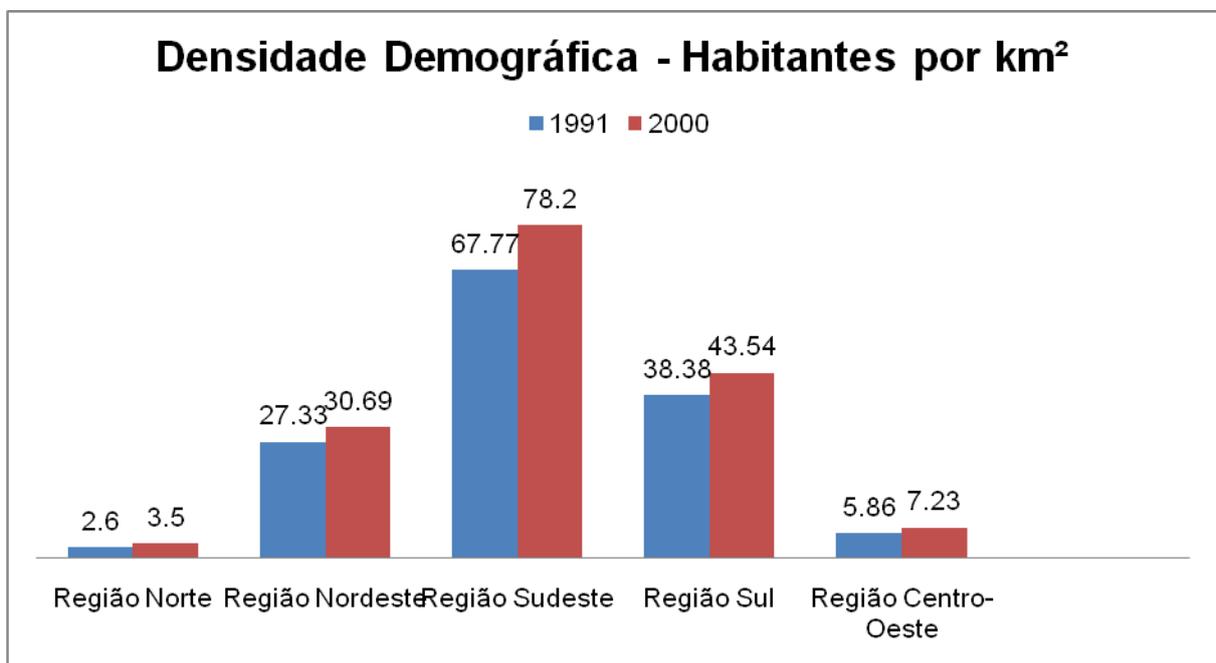


Figura 5 – Densidade Demográfica do Brasil segundo as grandes regiões.

Fonte: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1991 e 2000.

Na região Norte, onde a densa Floresta Amazônica ocupa a maior parte do território a ocupação é rarefeita, devido ao calor, às chuvas, à alta umidade. O que se nota, porém, é que

cada vez mais a floresta perde lugar para a agricultura agroexportadora e a pecuária extensiva que chegam da região Centro-Oeste, atual fronteira agrícola brasileira em fase de expansão.

Já na região Sudeste, devido a grande industrialização e urbanização, é lá que a grande maioria da população está concentrada. Nessa região encontramos grande variedade de produtos, serviços especializados e centros de pesquisa, localizados principalmente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa região entre os anos de 1991 e 2000 acompanhou a taxa de crescimento econômico nacional de 15%, diferente de regiões como a norte que cresceu 25% no mesmo período.

O Nordeste foi durante muitos anos uma área de repulsão populacional,

“Estes estados que ao longo da colonização do país tiveram participação importante na formação econômica do País, sendo os precursores nos movimentos de interiorização do Brasil, tornaram-se ao longo dos anos, devido à decadência de setores econômicos tradicionais e às grandes secas prolongadas, exportadores de mão-de-obra para os demais estados brasileiros.” (IBGE, Censo Demográfico 2000 – Migração e Deslocamento p. 35)

Um exemplo claro disso é que em 2000, do total de cearenses registrados fora de seu estado-natal, 34% e 13% estavam em São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente. (IBGE, Censo Demográfico 2000 – Migração e Deslocamento, 2000)

Composição da população segundo idade e sexo.

Avaliando as idades da população brasileira entre os anos 1991 e 2000, os números nos mostram que o Brasil passa por um fenômeno conhecido como envelhecimento populacional, com declínio da taxa de fecundidade e maior expectativa de vida.

A partir do início da década de 1970, mudanças de costumes dos casais, maior taxa de urbanização, efetivação da mulher no mercado de trabalho e difusão de métodos contraceptivos resultam em um grande declínio das taxas de fecundidade. Tal fenômeno é observado nas pirâmides etárias, onde facilmente podemos observar uma redução no número de crianças entre zero e 14 anos. Em 1991, essa faixa etária representava 34,7% da população geral, enquanto em 2000 apenas 29,6%.

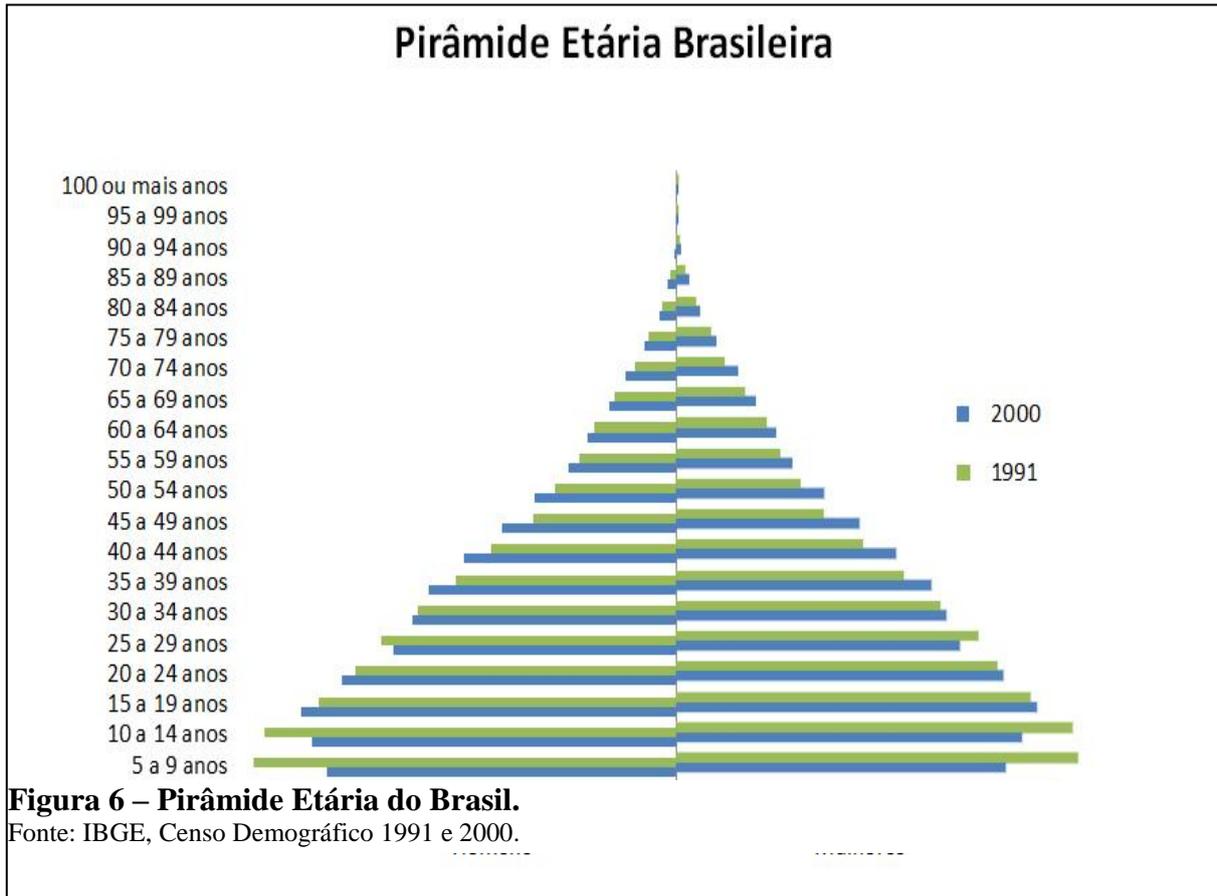
Confrontando os percentuais da população mais velha, a partir dos 45 anos, percebemos ainda o seu acréscimo. Enquanto em 1991 a população com mais de 45 anos

representava meros 14,11%, em 2000 passou para 21,07% (IBGE, Censo Demográfico – Características gerais da população, 1991 e 2000).

O aumento do número de habitantes mais velhos, principalmente de idosos, representou para o Brasil uma ascensão dos gastos públicos nas áreas da saúde e principalmente na Previdência Social que hoje passa por uma série de problemas devido a anos de déficit em suas contas desde a década de 1990, quando a população de aposentados começou a crescer em ritmo acelerado. (DIEESE, 2007).

No que se trata dos sexos, no Brasil nascem mais homens do que mulheres. Em 1991, por exemplo, nasceram aproximadamente 45.000 homens a mais. Porém o desleixo com a saúde da maioria masculina, maior envolvimento com acidentes automobilísticos e tráfico de drogas faz com que nas idades adultas existam mais mulheres. Em 2000, essa tendência novamente se confirmou: para cada 100 mulheres, havia 96,93 homens, ou seja, 2.647.140 mulheres a mais em relação a cifra de homens.

Contudo, analisando a localização da população vemos resultados díspares quando comparados rural e urbano. Enquanto nas áreas urbanas existem predominantemente mais mulheres, no meio rural foram registrados 109,22 homens para cada 100 mulheres.



Fecundidade e mortalidade

“Analisada em seu conjunto, a reprodução humana constitui o elemento mais importante da dinâmica demográfica, sua influência no crescimento e na estrutura por idade e sexo da população é determinante” (ORBIS, 1995), já que é a variável que mais sobrevém no crescimento da população.

É importante tecer que no Brasil:

“desde o século XIX até meados da década de 1940, o Brasil caracterizou-se pela prevalência de altas taxas de natalidade e de mortalidade. A partir desse período, com a incorporação às políticas de saúde pública dos avanços da medicina, particularmente, os antibióticos recém descobertos na época e importados no pós-guerra, o país experimentou uma primeira fase de sua transição demográfica, caracterizada pelo início da queda das taxas de mortalidade.” (IBGE, Censo Demográfico 2000 – Nupcialidade e Fecundidade p. 55)

Deste modo, notamos que entre as décadas de 1990 e 2000, as taxas de fecundidade e mortalidade continuaram a diminuir em quase todo o território nacional brasileiro.

O que se destaca, no entanto, é que nas áreas rurais, as taxas de fecundidade ainda se mantiveram altas se comparadas com o urbano. Os custos de vida mais baixos no meio rural e a necessidade de mão de obra para a agricultura familiar fazem com que ainda seja interessante uma quantidade maior de filhos, contrastando com o custo elevado para uma família e seus filhos manterem-se no meio urbano.

“As áreas rurais [...] ainda mantiveram taxas mais elevadas que as correspondentes às áreas urbanas. É evidente que o contexto urbano e, particularmente, o metropolitano, tem proporcionado às mulheres uma maior oferta e, conseqüentemente, facilidades de escolha e acesso aos métodos disponíveis que permitem regular os nascimentos.” (IBGE,

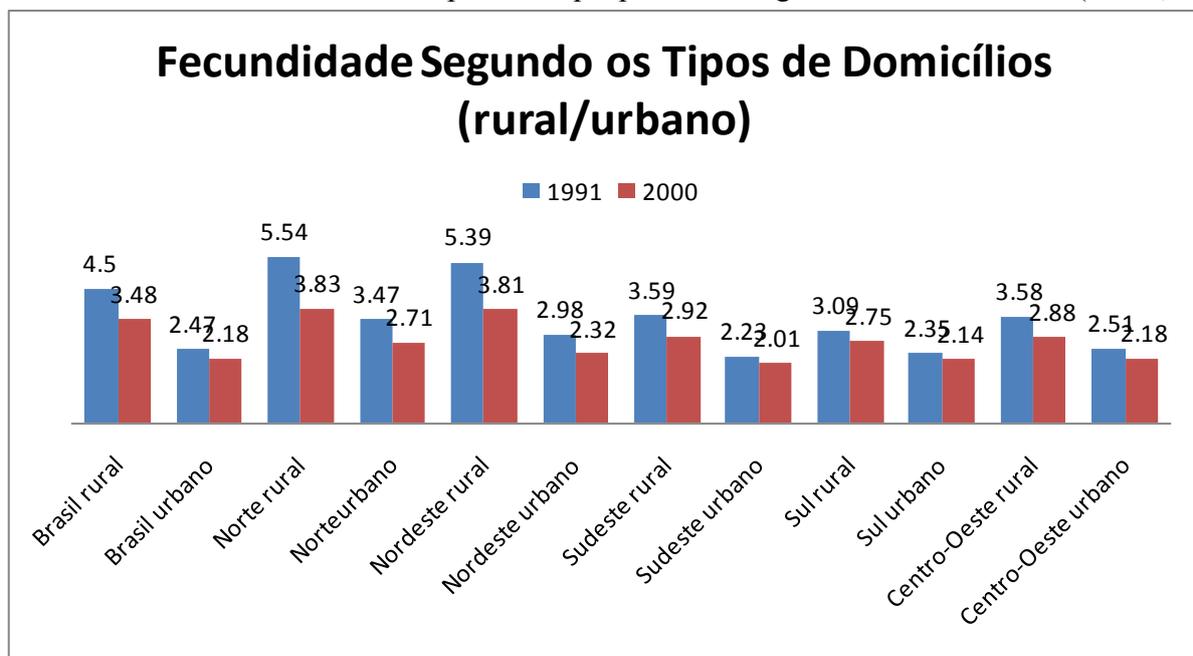


Figura 7 – Fecundidade segundo os tipos de domicílios.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000

Censo Demográfico 2000 – Nupcialidade e Fecundidade p. 59)

No que se trata da queda da taxa de fecundidade, este declinou entre 1991 e 2000 17,73%, sendo as áreas rurais os locais onde mais intensamente os índices caíram, já que lá eles eram muito mais elevados.

Analfabetismo

Desde 1950 o IBGE indaga as informações sobre a educação brasileira sistematicamente, a fim de buscar os melhores resultados condizentes com a realidade para subsidiar políticas públicas de investimentos em educação a nível federal, estadual e municipal.

A partir do Censo Demográfico 2000, algumas perguntas foram introduzidas, a fim de contextualizar o Brasil no âmbito do Mercosul. Os níveis de ensino foram modernizados na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996, compatíveis com os níveis internacionais.

Segundo o IBGE (2000), a educação é de essencial valor. “Esta prevalência se dá pela importância da alfabetização como instrumento na construção da cidadania brasileira e por ser condição básica para a democracia”.

No entanto, 24 milhões de brasileiros ainda não podiam exercer a cidadania, pois eram analfabetos no ano 2000, equivalente a 14,1% da população. A situação só não é pior se pensarmos que em 1991 eram 31 milhões de analfabetos, ou seja, 21,5% da população.

O índice continuou diminuindo nos anos seguintes. Com a implantação de programas como o “Bolsa Família”, que tirou crianças das ruas e as colocou na escola com um pequeno auxílio financeiro, e trabalhos para alfabetização de adultos as taxas de analfabetismo caíram ainda mais. A meta atual do novo Plano Nacional de Educação (PNE) é que em 2020 o analfabetismo esteja erradicado no Brasil.

Brasil Urbano

Desde 1956 com a criação do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek que prometia desenvolver “50 anos em 5”, o Brasil entrou fortemente num processo de urbanização. Com inventivos para criação de indústrias de base, principalmente têxtil e alimentícia difundiram-se por São Paulo e Rio de Janeiro. Para fomentar esse período desenvolvimentista, as indústrias precisavam de grandes quantidades de trabalhadores e mercado consumidor, por isso, aliado à grave situação financeira que passava a região Nordeste como consequência da seca, iniciou-se um processo de migração do campo para a cidade.

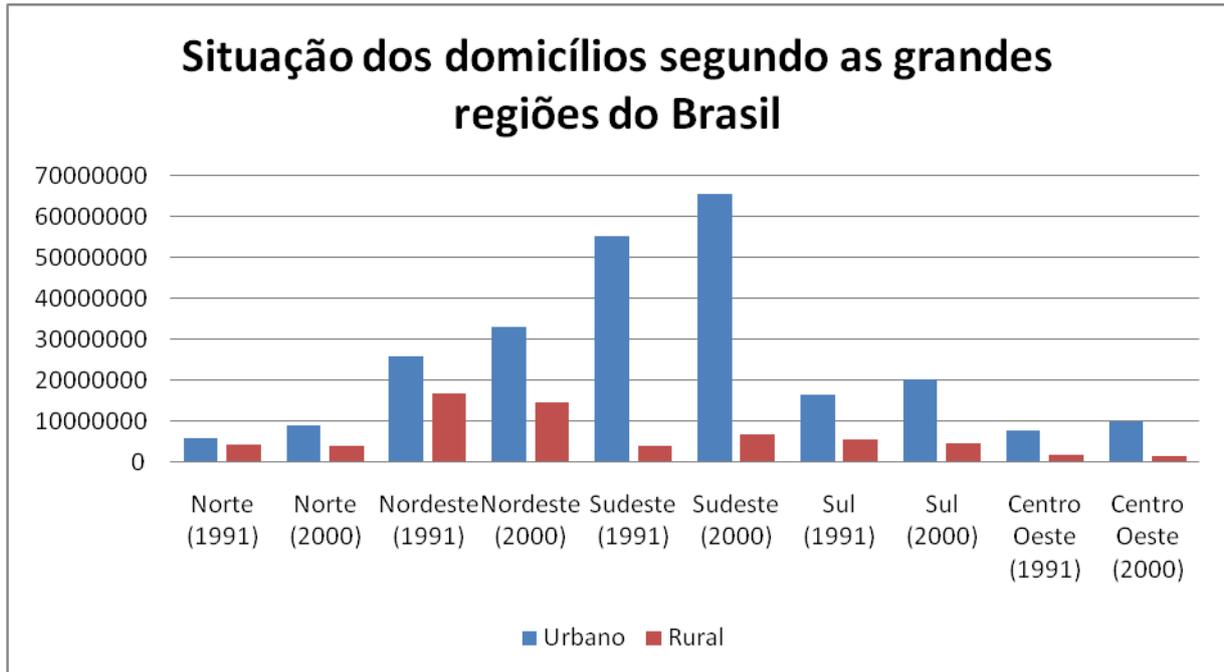


Figura 8 – Situação dos domicílios (rural e urbano)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Além disso, a modernização da agricultura capitalista motivada pela Revolução Verde desencadeou, através do melhoramento genético de sementes e uso intensivo de insumos agrícolas, uma série de transformações na agricultura mundial nas décadas de 1950 e 1960. Nos anos 1970 a chamada Revolução das Sementes abriu caminho para a consolidação do controle da cadeia produtiva de alimentos na legalização da privatização da vida, nos direitos de propriedade intelectual obtidos por poucas empresas agroindustriais transnacionais que detêm o direito de produção de sementes e insumos, cobrando por eles o quanto julgar interessante (FLEBES 2000).

As políticas neoliberais deixam os pequenos agricultores, que sempre foram maioria, submissos à escassez de políticas e incentivos para perpetuação do modelo agrícola familiar. Assim a quantidade de postos de trabalho no campo diminuiu massivamente a partir dos anos 1970. Na década de 1990 os governos neoliberais somente acentuaram o quadro de abandono dos pequenos agricultores, obrigando-os a deixar o campo e tentar a vida na cidade.

Observando o gráfico acima, notamos que o Brasil é notoriamente urbano. Segundo o IBGE, em 2000 os moradores das cidades representavam 81,2% da população enquanto que em 1991 eram 76,1%. O processo de urbanização e êxodo rural é, portanto uma realidade que

ainda precisa ser observada e evitada, já que os problemas urbanos são de uma ordem de extrema complexidade e por isso precisam ser tratados.

Religião

Ao optarmos por analisar demograficamente as religiões do Brasil e tentar explicar os motivos de suas expansões e retrações em número de membros assumimos uma responsabilidade muita grande devido à dificuldade em estudá-las e entender as motivações que levam as pessoas a trocar de uma religião para outra. Portanto, nesse trabalho apenas nos apegaremos em apresentar algumas mudanças, sem tentar explicá-las a fundo.

O quadro religioso brasileiro vem se alterando de maneira acentuada desde 1991. O catolicismo historicamente faz parte do processo histórico-cultural de formação do Brasil, por isso sempre foi a religião predominante. Desde a primeira constituição de 1824 a Igreja Católica Apostólica Romana era a religião oficial do estado.

Conforme o artigo 5 da constituição de 1824, “a religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fôrma alguma exterior do Templo.” Somente em 1890 com a Proclamação de República o estado passou a ser laico e as religiões puderam ser cultuadas em qualquer ambiente.



Figura 9 – Religiões do Brasil

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991 e 2000.

Um fenômeno observado é a retração no número de fiéis católicos em oposição à expansão de outros cultos como evangélicos tradicionais, evangélicos pentecostais e espíritas, além dos que se declaram sem religião. Entre 1991 e 2000 uma parcela de 7,8% do total de brasileiros que se declaravam católicos abandonaram sua crença, fenômeno que anda em direção contrária à expansão do catolicismo mundial.

As igrejas que formam o grupo dos evangélicos pentecostais aumentaram seus seguidores em quase 5% perante o total de brasileiros e 115% no número absoluto de fiéis, assim como os evangélicos tradicionais que expandiram seus seguidores em 58,1%. Os que se declararam em religião também tiveram um expressivo aumento de 79,8% em seu contingente e 2,3% perante a população total brasileira.

Pode-se dizer que o Brasil caminha para uma diversificação religiosa cada vez maior. Não há nada que diga que o Brasil seguirá católico, protestante ou ateu, mas com certeza será muito diversificado, resultado da miscigenação crescente das tradições que formaram o quadro cultural brasileiro.

Bibliografia

Censo Demográfico 2000 – Características Gerais da População, Rio de Janeiro, 2000.

Censo Demográfico 2000 – Migração e Deslocamento, Rio de Janeiro, 2000.

Censo Demográfico 2000 – Nupcialidade e Fecundidade, Rio de Janeiro, 2000.

Censo Demográfico 1991 – Características Gerais da População e Instrução, Rio de Janeiro, 1991.

Censo Demográfico 1991 – Resultados do Universo Relativos às Características da População e dos Domicílios, Rio de Janeiro, 1991.

Censo Demográfico 1991 – Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade, Rio de Janeiro, 1991.

DIEESE. Nota Técnica nº 52, outubro de 2007. A Previdência Social brasileira tem déficit? (Disponível em <http://www.fenasps.org.br/noticias/DIEESE.pdf>)

FLEBES, Nelson Álvarez. La diversidad biológica y cultural, raíz de la vida rural., in Documentos BIODIVERSIDA. Sustentos y culturas. Compendio 1997-1999, sep. 2000

ORBIS, Eduardo San Marful. Cuba y su población. *Boletim de Geografia*, Maringá, Ano 13 número 1, p. 21-53, 1995.

Brasil e sua população entre 1991 e 2000

Jean Felipe de Bona Stahlhoefer; Julia Marcon Costa Stahlhoefer; Eduardo Simões Florio de Oliveira

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1991, Rio de Janeiro, v.6, 1991.

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 2000, Rio de Janeiro, v.7, 2000.

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm (acessado em 11/01/2011 às 15h34min)

<http://www.ibge.gov.br/censo/censobrasil.shtm> (acessado em 11/01/2011 às 15h33min)

http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1 (acessado em 11/01/2011 às 16h39min)

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u702177.shtml> (acessado em 13/01/2011 às 11h33min)